

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos artigos 17, I e 24, I, da Lei Complementar do nº 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5235, de 18 de novembro de 2020.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Renato Rainha, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDf presente: Procurador-Geral em exercício Demóstenes Tres Albuquerque.

ANILCÉIA LUZIA MACHADO  
Presidente  
ANTONIO RENATO ALVES RAINHA  
Conselheiro Relator  
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE  
Procurador-Geral em exercício do Ministério Público junto à Corte

#### ACÓRDÃO Nº 548/2020

Ementa: Tomada de Contas Anual-TCA. Controladoria Geral do Distrito Federal- CGDF. Exercício financeiro de 2016. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo: 00600-00004822/2020-43-e

Nome/Função/Período: Henrique Moraes Ziller, CPF: \*\*\*,173.601-\*\*, Controlador Geral, de 1º/1 a 31/12/16; Fabricio Fernando Carpaneda Silva, CPF: \*\*\*,417.811-\*\*, Ordenador de Despesas, de 1º/1 a 31/12/16 e Josemary Peixoto Dantas, CPF: \*\*\*,930.991-\*\*, Ordenadora de Despesas-Substituta, de 4/1 a 13/1/16, de 20/5 a 3/6/16, de 26/7 a 9/9/16, de 26/9 a 10/10/16, de 5/12 a 14/12/16 e de 19/12 a 23/12/16.

Órgão: Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF.

Relator: Conselheiro Renato Rainha.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDf: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, com fundamento nos artigos 17, I, e 24, I, da Lei Complementar nº 01/94, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5235, de 18 de novembro de 2020.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Renato Rainha, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDf presente: Procurador-Geral em exercício Demóstenes Tres Albuquerque.

ANILCÉIA LUZIA MACHADO  
Presidente  
ANTONIO RENATO ALVES RAINHA  
Conselheiro Relator  
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE  
Procurador-Geral em exercício do Ministério Público junto à Corte

#### ACÓRDÃO Nº 549/2020

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades no Convênio nº 003/07, celebrado entre os Governos do Distrito Federal e do Estado de Goiás e o Município de Águas Lindas de Goiás, com o objetivo de realizar obras de infraestrutura e de implantação de instrumentos urbanos, com vistas à qualidade de vida da população daquele município. Citação dos responsáveis. Improcedência da resposta oferecida, revelia do responsável silente e imputação de débito (Decisão nº 4.421/17- CPM). Ausência de recolhimento. Irregularidade das contas.

Processo: 19943/11-e

Nome/Função/Período: Município de Águas Lindas de Goiás e Sr. José Pereira Soares, Prefeito do Município à época.

Órgão: Secretaria de Estado de Obras do DF e Secretaria de Estado de Governo do DF.

Relator: Conselheiro Paiva Martins.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDf: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: omissão no dever de prestar contas.

Débito imputado aos responsáveis: R\$ 2.100.154,90 (valor atualizado em 3.8.2020).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso III, alínea “c”, e 20, da Lei Complementar do Distrito Federal nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço e condenar os responsáveis indicados ao ressarcimento, de forma solidária, do débito que lhes é imputado, como também determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inciso III, 26 e 29, do mesmo diploma legal.

ATA da Sessão Ordinária nº 5235, de 18 de novembro de 2020.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDf presente: Procurador-Geral em exercício Demóstenes Tres Albuquerque.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro Márcio Michel.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA  
Presidente da Sessão  
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS  
Conselheiro Relator  
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE  
Procurador-Geral em exercício do Ministério Público junto à Corte

#### ACÓRDÃO Nº 550/2020

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades no Convênio nº 003/07, celebrado entre os Governos do Distrito Federal e do Estado de Goiás e o Município de Águas Lindas de Goiás, com o objetivo de realizar obras de infraestrutura e de implantação de instrumentos urbanos, com vistas à qualidade de vida da população daquele município. Citação dos responsáveis. Procedência parcial das alegações de defesa. Aplicação de multa (Decisão nº 4.421/17-CPM e Acórdão nº 346/17). Interposição de recursos. Provimento parcial (Decisão nº 4.125/19-CMM). Insustentabilidade do Acórdão nº 346/17 e expedição de um novo.

Processo: 19943/11-e

Nome/Função/Período: Jaime Divino Alarcão, Secretário Adjunto de Obras do DF à época dos fatos.

Órgão: Secretaria de Estado de Obras do DF e Secretaria de Estado de Governo do DF.

Relator: Conselheiro Paiva Martins.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDf: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: falha na liberação de recursos no âmbito do Convênio nº 003/2007, incorrendo em grave infração à norma legal e regulamentar.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, PAIVA MARTINS, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, aplicar ao responsável a multa acima indicada. Decorridos 30 (trinta) dias do seu conhecimento, a multa aplicada estará sujeita a atualização monetária até a data do seu efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001.

ATA da Sessão Ordinária nº 5235, de 18 de novembro de 2020.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDf presente: Procurador-Geral em exercício Demóstenes Tres Albuquerque.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro Márcio Michel.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA  
Presidente da Sessão  
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS  
Conselheiro Relator  
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE  
Procurador-Geral em exercício do Ministério Público junto à Corte

#### ACÓRDÃO Nº 551/2020

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades no Convênio nº 003/07, celebrado entre os Governos do Distrito Federal e do Estado de Goiás e o Município de Águas Lindas de Goiás, com o objetivo de realizar obras de infraestrutura e de implantação de instrumentos urbanos, com vistas à qualidade de vida

da população daquele município. Citação dos responsáveis. Procedência parcial das alegações de defesa. Aplicação de multa (Decisão nº 4.421/17-CPM e Acórdão nº 346/17). Interposição de recursos. Provimento parcial (Decisão nº 4.125/19-CMM). Insustentação do Acórdão nº 346/17 e expedição de um novo.

Processo: 19943/11-e

Nome/Função/Período: Paulo César Carvalho Olivieri, então Chefe da Unidade de Administração-Geral da Secretaria de Obras do DF.

Órgão: Secretaria de Estado de Obras do DF e Secretaria de Estado de Governo do DF.

Relator: Conselheiro Paiva Martins.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: falha na liberação de recursos no âmbito do Convênio nº 003/2007, incorrendo em grave infração à norma legal e regulamentar.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, PAIVA MARTINS, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, aplicar ao responsável a multa acima indicada. Decorridos 30 (trinta) dias do seu conhecimento, a multa aplicada estará sujeita a atualização monetária até a data do seu efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001.

ATA da Sessão Ordinária nº 5235, de 18 de novembro de 2020.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral em exercício Demóstenes Tres Albuquerque.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro Márcio Michel.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente da Sessão

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral em exercício do Ministério Público junto à Corte

#### ACÓRDÃO Nº 552/2020

Ementa: Tomada de Contas Anual do Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF, referente ao exercício financeiro de 2015. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação. Determinação.

Processo: 00600-00000904/2020-19-e

Nome/Função/Período: José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Estado de Agricultura, de 1º.1 a 31.12.15 e Roberto Gomes, Subsecretário de Administração Geral, de 1º.1 a 31.12.15.

Órgão: Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF.

Relator: Conselheiro Paiva Martins.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: “Resultado – saldos a regularizar”, apontada no Relatório Contábil Anual – Exercício de 2015.

Determinações (LC/DF nº 1/94, art. 19): aos responsáveis, ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, a adoção das medidas necessárias para o saneamento da impropriedade e prevenção da ocorrência de falhas similares às apuradas nos presentes autos, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 1/94.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do Voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados, com as determinações de providências apontadas, para correção/prevenção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

ATA da Sessão Ordinária nº 5235, de 18 de novembro de 2020.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral em exercício Demóstenes Tres Albuquerque.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro Márcio Michel.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente da Sessão

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral em exercício do Ministério Público junto à Corte

#### ACÓRDÃO Nº 553/2020

Ementa: Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa e demais responsáveis da Administração Regional do Paranoá – RA VII, referente ao exercício de 2017. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação. Determinação.

Processo: 00600-00003963/2020-49-e

Nome/Função/Período: Waldir Soares Cordeiro, Administrador Regional Interino, de 1º.1 a 15.6.17; Sévulo José Filho, Administrador Regional-Respondendo, de 16.6 a 31.12.17; Júlio Cezar Carneiro Vizeu, Coordenador de Administração Geral, de 1º.1 a 7.3.17; Gleyson Adrovano Carneiro Machado, Coordenador de Administração Geral, de 8.3 a 3.8.17 e Elias Penha Pereira, Coordenador de Administração Geral, de 4.8 a 31.12.17.

Órgão: Administração Regional do Paranoá – RA VII.

Relator: Conselheiro Paiva Martins.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese das impropriedades registradas: 1) no Relatório de Inspeção nº 10/2019 – DINTI/COLES/SUBCI/CGDF (edoc CB3A9C2C-e) 1.1) subitem 1.2 - Ausência de comprovação de necessidades; 1.2) subitem 1.3 - Direcionamento de ata de registro de preço; 1.3) subitem 1.4 - ausência de pesquisa de mercado; 1.4) subitem 1.5 - procedimento licitatório sem a devida apreciação do controle interno da Secretaria de Estado das Cidades; 1.5) subitem 1.6 - Ausência de preposto durante a fase de execução do contrato; 1.6) subitem 1.8 - Irregularidades em aquisição de materiais esportivos; 1.7) subitem 1.9 - Ausência de registro da entrada de materiais esportivos; 1.8) subitem 1.10 - Cargos sendo ocupados em desconformidade com os requisitos legais; 2) no Relatório de Contas nº 53/2019 – DICIG/COICA/SUBCI/CGDF: subitem 2.1 – Elevada quantidade de programas de trabalho sem execução (do (e-doc AAF1D707-e); 3) no Relatório Contábil Anual (e-doc A5011E25-e): 3.1) Conta 113811300 – Créditos a receber decorrentes de cessão de áreas públicas; 3.2) saldos nas contas ao final do exercício: ATIVO 113830900 - Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago; PASSIVO 211119801 – Salários, remunerações e benefícios ativo ex. anterior; ATOS POTENCIAIS 812310000 – Contratos com Terceiros; 3.3) valores inscritos na conta 218924000 – Restos a pagar que, até 10 de maio de 2018, não haviam sido pagos e foram, ainda, cancelados e reinscritos Restos a Pagar de exercícios anteriores; 3.4) divergência no saldo da conta 115600000 – Almoxarifado/Estoque Interno, entre o SIAC e o SIGMA, no valor de R\$ 25.213,97; 123200000 – Bens Imóveis dos registros do sistema SIAC e do SISGEPAT, totalizando diferença de R\$ 220.841,37; 123100000 – Bens Móveis, dos registros do sistema SIAC e do SISGEPAT, em R\$ 7.260,46. 4) nos Relatórios de Bens Móveis e Imóveis nº 28/2018 (e-doc 79C007F7- e): 4.1) ausência de localização ou reparação de 439 bens; 4.2) edificações/obras não foram encontradas; 4.3) bens imóveis não incorporados. Determinações (LC/DF nº 1/94, art. 19): aos responsáveis, ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, a adoção das medidas necessárias para o saneamento das impropriedades e prevenção da ocorrência de falhas similares às apuradas nos presentes autos, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 1/94.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do Voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados, com as determinações de providências apontadas, para correção/prevenção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

ATA da Sessão Ordinária nº 5235, de 18 de novembro de 2020.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral em exercício Demóstenes Tres Albuquerque.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro Márcio Michel.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente da Sessão

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral em exercício do Ministério Público junto à Corte